

ABORDAGEM REFLEXIVA DA PRÁTICA DO PENSAMENTO CRÍTICO NO ENSINO TEMÁTICO DA GEOGRAFIA DO NOVO ENSINO MÉDIO

Davi Cerqueira da Silva ¹

INTRODUÇÃO

A geografia em seu significado traz como característica principal o estudo da relação do homem com a natureza, dessa forma, sua interação completa se dá por um conjunto de coisas que expressam sua identidade, ao discutir a ação humana no ato de modelar a superfície terrestre. O espaço, a região, o território, o lugar e a paisagem são diferentes conceitos abordados pela matéria que juntos, somam no resultado particularizado da atuação humana na transformação do planeta.

O trabalho presente traz ao leitor um estudo da área temática que liga o ensino à pesquisa no campo dessa ciência, enfatizando sobre a geografia humana, física e política, além dos vários diálogos possíveis dentro da área desse conhecimento que será explorado durante todo o texto deste artigo.

Irá se trabalhar as perguntas centrais sobre o assunto, tais como as condições de oferta da geografia na escola de forma prática? Como há a inserção da geografia na área humana? Há o diálogo crítico que concerne ao aprendizado total da geografia no novo ensino médio? As práticas da geografia devem ser utilizadas de que forma, de acordo com a BNCC?

Seguindo a linha de raciocínio acima, compreende-se que o objeto, o fenômeno da investigação/ análise não é algo dado a priori, todavia é um construto. Nesse sentido, não é proposto que deve haver uma busca por um objeto geográfico em si, que as categorias espaciais sejam exclusividade da Geografia, muito embora seja entendido que os professores de geografia são peças importantes para o debate entre outros cientistas que se utilizam de categorias espaciais no desvendar processual da realidade.

Este trabalho foi desenvolvido numa perspectiva sócio cultural e educativa, por entendermos o quão é importante o processo de aprendizagem pelo qual cada discente passa, e que a partir desse processo pode haver consequências dentro e fora da sala de aula. Cavalcanti (1998) aponta para a necessidade de trazer o cotidiano do aluno para escola com intuito de construir um conhecimento com significado para ele.

Tendo em vista que a escola prepara o aluno para viver de forma íntegra na sociedade brasileira, o papel da instituição educacional em fornecer o melhor ensino para o discente é de

¹ Graduando do Curso de **Geografia** da Universidade Federal - RN, davicerqueira583@gmail.com;

extrema necessidade. Com isso em mente, as ações que se voltam à continuação de etapas frutíferas no crescimento que condiciona o cidadão ao retorno social em benefícios por ações de políticas públicas são de apoio completo para uma linha de raciocínio que complementa o meio entre a educação básica e superior. Se na educação básica os estudos são voltados para a formação cidadã, na graduação a continuação será para o mercado de trabalho, já na vida adulta.

Com base nisso e em autores como Santos (1999), Gomes (2002), Mészáros (2014), Saviani (1994), Ranieri (2000), entre outros, o artigo traz a perspectiva da geografia, educação e suporte social para as escolas que estão adicionando o novo ensino médio no Brasil. Tendo em vista isso, a análise reflexiva em torno da construção do raciocínio finaliza com as perspectivas de responsabilidade governamental que, em teoria, trazem direitos responsáveis pelo bom andar do ensino, seja ele público ou privado, a lei garante igualdade para todos.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Foi utilizado o método de pesquisa de observação e diagnóstico das teorias e autores referenciais para o trabalho que comprovam a importância deste estudo dentro da sala de aula. A finalidade é apresentar ideias que sejam respostas para contribuição de futuros docentes, assim como atuais também, auxiliando na reflexão da temática que, levando para a sala de aula capacita e acrescenta na formação dos diversos alunos espalhados na sociedade brasileira. Num segundo momento, foi realizada uma análise de documentos oficiais que normatizam e indicam a estruturação do ensino de Geografia nos anos finais do Ensino Fundamental, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Após a leitura dos PCN's realizou-se uma discussão referente ao ensino de Geografia, de acordo com a BNCC.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para desenvolver a análise, Gomes escreve: “[...] podemos conceber que os objetos de investigação são construídos pelo tipo de questões a eles endereçadas, sendo estas questões que os conformam, os limitam, os criam, e não o inverso, como, por vezes, tendemos a imaginar”. (GOMES, 2002, p.292).

Milton Santos assevera a assertiva acima dizendo que: “os mesmos objetos podem dialogar com as mais diversas disciplinas [...] A questão que se coloca é, pois, sobretudo, uma questão de método, isto é, da construção de um sistema intelectual que permita,

analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista”. (SANTOS, 1999, p. 62).

Dessa forma, foi tido como proposta construir tal abordagem a partir do conceito de Paisagem, que traz como referência o sentido de análise e descrição do meio em que habita a sociedade. No qual a experiência cotidiana é vivenciada a todo o momento por todos, e a tarefa de fazer com que ela seja lida e interpretada torna-se papel fundamental na escola.

Logo, a abordagem dos principais conceitos utilizados pela ciência geográfica na perspectiva escolar, entre eles, paisagem, território e região. Ainda de acordo com Cavalcanti (2013, p.224) “Os conceitos são ferramentas culturais que representam mentalmente um objeto e que ajudam a dar sentido àquilo que se vê e se percebe”. Nesse sentido, torna-se importante para o aluno estabelecer relações com o seu meio, através da compreensão dos conceitos geográficos e estabelecer conexões a partir de sua construção.

“A geografia, como conjunto de conhecimentos científicos, ao longo de sua história, tem produzido teorias e reflexões sobre o mundo e as coisas do mundo, o que tem contribuído para sua compreensão; para que ela transpassa os muros do acadêmico e seja incorporada como orientação da vida cotidiana de todas as pessoas.” (CAVALCANTI, 2013, p. 220).

De acordo com Mézáros (2014, p. 15) a “natureza da educação – como tantas outras coisas essenciais nas sociedades contemporâneas – está vinculada ao destino do trabalho”, com essa afirmação o autor ressalta a estreita relação entre educação e o modelo econômico de uma sociedade; “digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação” (MÉSZÁROS, 2014, p. 17).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Consoante ao supracitado faz-se necessário a construção de diversos parâmetros para um resultado homologado e reflexivo desta pesquisa. Por isso, há uma divisão em três linhas de raciocínio que englobam todos os conceitos concomitantes ao processo de educação no Brasil. Neste sentido, baseado nos autores e pesquisadores que debulham em torno do incentivo ao ensino, é formado aqui os resultados que englobam como o novo ensino médio e a geografia podem ser utilizados na atualidade social do Brasil.

PLANOS DE ENSINO PARA O ENSINO MÉDIO

Tendo em vista que o ensino médio demanda uma alta carga de princípios demonstrativos da reflexão e atuação de adolescentes e jovens que irão terminar o colégio e

lidar com as divergentes vertentes existentes na sociedade, é necessária a atuação de políticas públicas que preparem o discente de forma qualificadora para ter conhecimento em como encarar a realidade adulta fora da escola.

É sabido por todos que a escola reproduz diversas coisas, entre elas, as diferenças sociais existentes no território, seja ela na vivência dos alunos ou no conteúdo de estudos programáticos das disciplinas, é dessa forma que a política pública entra em ação. O Ensino Médio, obrigatório, gratuito e, portanto, direito de todo cidadão, tem como finalidades, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 9.394/96):

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996, sem paginação).

No contexto de citação das políticas públicas durante esse processo do ensino médio, é destacado: a aprovação do Fundeb (Lei no 11.494, de 2007) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que contém, entre outros: o Plano de Metas Compromisso de Todos pela Educação (Decreto no 6.094/2007), a nova Capes (PL no 7.569 aprovado em 2007), o Brasil Profissionalizado (Decreto no 6.302/2007) e o desenvolvimento de programas e ações para os diversos elementos estruturantes da política educacional: financiamento (Fundeb/Repasse voluntários da União através do Plano de Ação Articulado/ Programa Dinheiro Direto na Escola); gestão democrática (Escola de Gestores/Pró- -Conselho); formação de professores (Política Nacional de Formação/ Planos Estratégicos Estaduais /Fóruns Estaduais/ Plataforma Freire/Nova CAPES/ Universidade Aberta do Brasil); material didático (Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio).

É através da atuação desses processos cognitivos de políticas públicas que há a condição de criação para novas construções metodológicas de ensino-aprendizagem que repercutem como algo positivo no espaço daquele local, é nítido o impacto da educação na gestão e organização social, entretanto, falta promover meios que condicionem ainda mais a acessibilidade e estrutura que a nova era informacional pode estruturar essa que é voltada à informação, suporte digital e internet vinculada ao aprendizado, onde é possível igualar ações de atividades extensivas denotativas ao que mais os discentes utilizam: celular, internet e redes sociais.

NOVO ENSINO MÉDIO, A GEOGRAFIA E A ATUALIDADE DO BRASIL

Pontuschka (2010) aponta que a formação do professor de Geografia desenvolve-se em meio a muitas tensões como as decorrentes das políticas públicas dos diferentes governos dos discursos dos pesquisadores da Educação e da Geografia e das contradições inerentes à trama de discursos e ações desses sujeitos.

Segundo a autora, para compreender a prática da Geografia escolar, sua realidade e suas possibilidades de cumprir demandas da formação, há que se compreender como se constitui em sua relação com os conhecimentos acadêmicos de referência. Contudo, adverte que é recorrente, na maioria das licenciaturas, o desprestígio aos conhecimentos de cunho didático-pedagógico, o que por sua vez, pode se tornar um obstáculo ao alcance de uma formação docente mais completa.

[...] ainda está presente um senso comum que diz que a aprendizagem da profissão ocorre de fato na prática, incluindo-se, nessa aprendizagem, o conhecimento sobre o conteúdo a ensinar. Esse fato acaba por dificultar o avanço na construção de práticas inovadoras da Geografia na escola, que esteja mais fortemente articulada com a Geografia acadêmica, que não seja sua simplificação, mas que se nutra com autonomia desse campo disciplinar (CAVALCANTI, 2012, p.378).

O texto da Portaria já indica que a proposta tem por base os quatro pilares da educação, conceito oriundo da chamada Pedagogia de Competências, uma concepção reformista de educação e sociedade, que como afirma Saviani (2013, p. 437), tem por objetivo “dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se às condições de uma sociedade”.

Um dos pontos de grande discussão a respeito do Novo Ensino Médio é a ampliação de 800 para 1400 horas a carga horária anual a ser cumprida pelo aluno. Cabe pensar em quem é este aluno do ensino médio brasileiro. Levando em conta os problemas socioeconômicos dos usuários da escola pública, há de se considerar que muitos jovens, matriculados no ensino médio, contribuem para a renda familiar. Um aluno trabalhador dificilmente concluiria o curso nesse novo formato proposto.

O maior agravante disso é a condição que o discente estará condicionado a enfrentar, assim como, a formação do professor de geografia e sua prática docente, que serão alteradas para agir de acordo com o que a nova lei pede, mesmo sem o respaldo que a própria constitui. É incoerente cobrar algo de um profissional, se pautando no pouco espaço de deliberação própria de ações práticas que não estão em evidência na sociedade. Logo, se torna altamente prejudicial para o público cerne deste cenário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo, o artigo trouxe ao público as reflexões necessárias para atuar de forma direta e indireta no processo construtivo educacional. É por meio de ações deliberadas neste documento, que o público alvo e precursor do processo institucional de ensino, poderá abarcar com a noção dos seus próprios direitos, assim como, na cobrança por melhoria na qualidade educacional.

Enfatiza-se, aqui, a proposta de melhorias para o setor educacional que condiciona da melhor forma a preparação às atividades sociais praticadas por profissionais que um dia já passaram por todo processo de educação básica. Como a geografia pode ser interligada ao novo Ensino Médio e sua importância dentro do aspecto, são ligações efetivas de um não retrocesso social.

Palavras-chave: Paisagem, Docente, Território e Região.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia:** geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** MEC/SEESP; 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Plano de Desenvolvimento da Educação.** MEC; 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Política Nacional de Educação Infantil: **pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação.** Brasília: MEC, SEB, 2006.

BARCELLOS DA SILVA, Jorge L. **Notas introdutórias de um itinerário interpretativo sobre a formação do pensamento geográfico brasileiro.** Dissertação (Mestrado em Geografia Humana).

MOREZI, Eduardo. Metodologia da pesquisa. Brasília, Março de 2003. Disponível em: . Acesso em: 22 de Agosto de 2016. PUNTEL, Geovane Aparecida.

A paisagem no ensino da geografia. *Agora*, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 283-298, jan./jun. 2007. SANTOS, Milton.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado.** São Paulo: EDUSP, 2008.

BRAGA, R.B. **Tensões e interações entre o saber científico e o escolar: considerações sobre o ensino de Geografia.** In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Belo Horizonte: ENDIPE, 2010. p. 392-411.

CALLAI, Helena Copetti. **A Educação geográfica na formação docente: convergências e tensões.** In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Belo Horizonte: ENDIPE, 2010. p. 412-433.

CASTELLAR, S.M.V. Educação geográfica: formação e didática. In: MORAIS, E.M.B.;